ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, arguido com os sinais dos autos, veio recorrer do despacho que determinou a manutenção do “congelamento” das suas contas bancárias existentes na R.A.E.M., alegando para concluir que:

“1. O arguido está pronunciado pela prática de oito crimes de branqueamento de capitais.

2. Não foi apurado qualquer facto indiciador de que os saldos das contas bancárias do arguido existentes na RAEM estivessem relacionados com os factos da acusação, assistindo-se a uma total ausência de elementos fácticos que permitam apontar que os

dinheiros em causa derivam de eventuais actos ilícitos ou se destinam alegadamente a praticar actos ilícitos ou criminosos.

3. *Não está minimamente justificada a decisão que determinou o "congelamento" daquelas contas.*
4. *O despacho de fls. 8375 proferido pelo Tribunal recorrido nos autos registados sob o n.º CR3-07-0215-PCC não apresenta qualquer motivo ou razão de ciência de forma a justificar a manutenção do "congelamento" daquelas contas.*
5. *Efectivamente, não especifica qualquer indício de terem as quantias em causa derivado da prática dos crimes indiciados e/ou destinado à prática dos alegados crimes.*
6. *E o próprio ofício do CCAC de fls. 8346, mencionado naquele despacho, é por demais infundado, incongruente e fruto de prodigiosa imaginação.*
7. *Assim, verifica-se um erro de julgamento, requerendo-se, desse modo, o levantamento do "congelamento" das contas bancárias existentes na RAEM pertencentes ao recorrente.*
8. *Em face do acima exposto, a decisão ora recorrida violou a norma do art. 166.º do Código de Processo Penal.”; (cfr., fls. 2 a 10).*

*

Em Resposta, considera o Exm^o Magistrado do Ministério Público que o recurso não merece provimento; (cfr., fls. 22 a 24-v).

*

Remetidos os autos a este T.S.I., e em sede de vista, igual opinião teve a Ilustre Procuradora-Adjunta; (cfr., fls. 70-v).

*

Colhidos os vistos legais, e nada obstando, passa-se a decidir.

Fundamentação

2. Insurge-se o arguido contra o despacho proferido pelo Mm^o Juiz de Instrução Criminal que, perante um pedido pelo mesmo arguido apresentado no sentido de se determinar a revogação da medida antes decretada de “congelamento” das suas contas bancárias tidas nesta

R.A.E.M., decidiu pelo seu indeferimento, determinando assim a manutenção de tal “congelamento”.

Afirma o recorrente que *“não foi apurado qualquer facto indiciador de que os saldos das contas bancárias do arguido existentes na RAEM estivessem relacionados com os factos da acusação, assistindo-se a uma total ausência de elementos fácticos que permitam apontar que os dinheiros em causa derivam de eventuais actos ilícitos ou se destinam alegadamente a praticar actos ilícitos ou criminosos”* e que *“a decisão ora recorrida violou a norma do art. 166º do Código de Processo Penal.”*; (cfr., conclusões 2ª e 8ª).

Creemos que tem o recorrente razão, pois que, não obstante estar o mesmo pronunciado pela prática de 8 crimes de “branqueamento de capitais”, e certo é que percorrendo-se todo o despacho de pronúncia proferido, não se vê nenhuma referência ao uso das contas bancárias que o mesmo detém em Macau para a prática de tais ilícitos (ou outros), não se vislumbrando também nenhum facto que permita concluir que nas suas ditas contas bancárias estão depositadas quantias ou outros bens provenientes de outra qualquer actividade ilícita.

Nos termos do invocado art. 166º do C.P.P.M.:

- “1. A autoridade judiciária procede à apreensão de títulos, valores, quantias e quaisquer outros objectos depositados em bancos ou outras instituições de crédito, mesmo que em cofres individuais, quando tiver fundadas razões para crer que eles estão relacionados com um crime e se revelarão de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova, mesmo que não pertençam ao arguido ou não estejam depositados em seu nome.
2. O juiz pode examinar a correspondência e qualquer documentação bancárias para descoberta dos objectos a apreender nos termos do número anterior.
3. O exame referido no número anterior é feito pessoalmente pelo juiz, coadjuvado, quando necessário, por órgãos de polícia criminal e por técnicos qualificados, ficando ligados por dever de segredo relativamente a tudo aquilo de que tiverem tomado conhecimento e não tiver interesse para a prova.”

Resulta assim do nº 1 do transcrito comando legal que para se proceder à apreensão de bens depositados em bancos ou outras instituições de crédito, necessário é que existam “fundadas razões para crer que eles estão relacionados com um crime e se revelarão de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova...”.

Como se viu, (e tanto quanto resulta do despacho de pronúncia), verificados não estão os assinalados pressupostos, certo sendo também que nem o próprio despacho recorrido explicita outra qualquer fundamentação para que viável fosse outro entendimento.

Na verdade, o mesmo despacho nem sequer identifica quais as contas bancárias a que se refere – limitando-se a determinar a apreensão dos bens existentes em todas as contas bancárias pelo arguido abertas em Macau – não adiantando igualmente quais as quantias ou bens que estão em causa.

Assim, e outras questões não havendo a tratar, impõe-se sua a revogação.

Decisão

3. Nos termos que se deixam expostos, em conferência, acordam julgar procedente o presente recurso.

Sem Custas.

Macau, aos 24 de Janeiro de 2008

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong